

Caríssimo(a) Associado(a),

Apresento o livro do Grupo de Trabalho **Direito Civil**, do XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado no Centro Universitário Curitiba (UNICURUTIBA/PR), entre os dias 29 de maio e 1º de junho de 2013.

O evento propôs uma análise da atual Constituição brasileira e ocorreu num ambiente de balanço dos programas, dada a iminência da trienal CAPES-MEC. Passados quase 25 anos da promulgação da Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã necessita uma reavaliação. Desde seus objetivos e desafios até novos mecanismos e concepções do direito, nossa Constituição demanda reflexões. Se o acesso à Justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo. Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e consequentes novos parcelamentos das dívidas dos entes federativos, bem como o julgamento da chamada ADIN do calote dos precatórios. Cito apenas um dentre inúmeros casos que expõem os limites da Constituição de 1988. Sem dúvida, muitos debates e mesas realizados no XXII Encontro Nacional já antecipavam demandas que semanas mais tarde levariam milhões às ruas.

Com relação ao CONPEDI, consolidamos a marca de mais de 1.500 artigos submetidos, tanto nos encontros como em nossos congressos. Nesse sentido é evidente o aumento da produção na área, comprovável inclusive por outros indicadores. Vale salientar que apenas no âmbito desse encontro serão publicados 36 livros, num total de 784 artigos. Definimos a mudança dos Anais do CONPEDI para os atuais livros dos GTs – o que tem contribuído não apenas para o propósito de aumentar a pontuação dos programas, mas de reforçar as especificidades de nossa área, conforme amplamente debatido nos eventos.

Por outro lado, com o crescimento do número de artigos, surgem novos desafios a enfrentar, como o de (1) estudar novos modelos de apresentação dos trabalhos e o de (2) aumentar o número de avaliadores, comprometidos e pontuais. Nesse passo, quero agradecer a todos os 186 avaliadores que participaram deste processo e que, com competência, permitiram-nos entregar no prazo a avaliação aos associados. Também gostaria de parabenizar os autores

selecionados para apresentar seus trabalhos nos 36 GTs, pois a cada evento a escolha tem sido mais difícil.

Nosso PUBLICA DIREITO é uma ferramenta importante que vem sendo aperfeiçoada em pleno funcionamento, haja vista os raros momentos de que dispomos, ao longo do ano, para seu desenvolvimento. Não obstante, já está em fase de testes uma nova versão, melhorada, e que possibilitará sua utilização por nossos associados institucionais, tanto para revistas quanto para eventos.

O INDEXA é outra solução que será muito útil no futuro, na medida em que nosso comitê de área na CAPES/MEC já sinaliza a relevância do impacto nos critérios da trienal de 2016, assim como do *Qualis* 2013/2015. Sendo assim, seus benefícios para os programas serão sentidos já nesta avaliação, uma vez que implicará maior pontuação aos programas que inserirem seus dados.

Futuramente, o INDEXA permitirá estudos próprios e comparativos entre os programas, garantindo maior transparência e previsibilidade – em resumo, uma melhor fotografia da área do Direito. Destarte, tenho certeza de que será compensador o amplo esforço no preenchimento dos dados dos últimos três anos – principalmente dos grandes programas –, mesmo porque as falhas já foram catalogadas e sua correção será fundamental na elaboração da segunda versão, disponível em 2014.

Com relação ao segundo balanço, após inúmeras viagens e visitas a dezenas de programas neste triênio, estou convicto de que o expressivo resultado alcançado trará importantes conquistas. Dentre elas pode-se citar o aumento de programas com nota 04 e 05, além da grande possibilidade dos primeiros programas com nota 07. Em que pese as dificuldades, não é possível imaginar outro cenário que não o da valorização dos programas do Direito. Nesse sentido, importa registrar a grande liderança do professor Martônio, que soube conduzir a área com grande competência, diálogo, presença e honestidade. Com tal conjunto de elementos, já podemos comparar nossos números e critérios aos das demais áreas, o que será fundamental para a avaliação dos programas 06 e 07.

Com relação ao IPEA, cumpre ainda ressaltar que participamos, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), na qual o CONPEDI promoveu uma Mesa sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados. Sendo assim, em São Paulo lançaremos um novo livro com o resultado deste projeto, além de prosseguir o diálogo com o IPEA para futuras parcerias e editais para a área do Direito.

Não poderia concluir sem destacar o grande esforço da professora Viviane Coêlho de Séllos Knoerr e da equipe de organização do programa de Mestrado em Direito do UNICURITIBA, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso encontro. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

Curitiba, inverno de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

É com muita satisfação que apresentamos o livro do grupo de trabalho de Direito Civil do XXII Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), que ocorreu em Curitiba, no Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba, entre 29 de maio e 01 de junho de 2013.

A obra reúne os artigos de direito civil apresentados na reunião do Grupo de Trabalho ocorrida durante o CONPEDI.

A visão sistêmica em torno dos artigos reunidos permite afirmar que os temas debatidos seguem uma orientação definida por uma concepção contemporânea do direito civil no Brasil de preocupação não apenas com o titular de direitos, mas também com o alargamento de oportunidade de titularidades, de modo a promover a inclusão da pessoa.

A partir dessa perspectiva, o conjunto de artigos obedece a uma divisão em três partes: a primeira denominada de **direitos da personalidade e promoção da pessoa**; a segunda de **paradigmas finalísticos da contratualidade**; e a terceira de **apropriação de bens e direitos de responsabilidade civil**.

Na parte denominada de **direitos de personalidade e promoção da pessoa**, a obra começa um debate mais genérico com o artigo “*A busca por um significado de direito civil na contemporaneidade: do movimento codificador moderno ao contemporâneo*” escrito por Giovani Ribeiro Rodrigues Alves e Renata Carvalho Kobus. Discute-se a sistemática do Código Civil que introduziu tratamento específico para os direitos de personalidade e a unificação do direito das obrigações. O artigo denominado “*As cláusulas gerais - uma perspectiva histórico-construtiva do direito privado contemporâneo*”, escrito por Ricardo Cavedor, faz uma análise do percurso histórico da regulação das cláusulas gerais no direito civil. No artigo com o título “*Elementos de segurança intrínsecos às cláusulas gerais*” de Rafael dos Santos-Pinto, discute-se o problema da segurança jurídica na operatividade das cláusulas gerais no Código Civil brasileiro. No artigo escrito por Camila Figueiredo Oliveira

Gonçalves denominado *‘O espaço da autonomia no direito civil: uma rediscussão sobre a tipicidade nas situações subjetivas existenciais e patrimoniais’* estabelece-se um confronto entre autonomia privada e tipicidade, no contexto da dissonância entre modernidade e pós-modernidade.

Especificamente sobre os direitos de personalidade João Gabriel Lemos Ferreira escreve no artigo denominado *“Os direitos de personalidade em evolução: o direito ao esquecimento”* que é necessário pensar na atualidade a fronteira da intimidade na perspectiva do direito ao esquecimento. No artigo *“A cláusula geral de tutela da pessoa humana e os danos morais: a concretização de um princípio”* escrito por Pastora do Socorro Teixeira Leal e Alexandre Pereira Bonna examina-se a correlação entre o princípio da dignidade da pessoa humana e os danos morais, em termos de constitucionalização do direito civil. O artigo *“Anorexia nervosa e as categorias abstratas de incapacidade: para além de um exercício de subsunção”*, escrito por Maria de Fátima Freire Sá e Maila Mello Campolina Pontes discute o alcance da interdição da pessoa em face da mensuração do grau de incapacidade manifestado. O artigo denominado *“Entre autonomia privada e dignidade: testamento vital e “como se vive a própria morte” - os rumos do ordenamento brasileiro”* de autoria de Ana Claudia Zuin Mattos do Amaral e Everton Willian Pona, trata do testamento vital e da possibilidade de manifestação da vontade acerca dos limites de tratamento médico em situação de doenças terminais. O artigo *“Modelos de autonomia e sua (in) compatibilidade com o sistema de capacidade civil do ordenamento positivo brasileiro: reflexos sobre a Resolução 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina”*, escrito por Mônica Aguiar, faz análise das regras da Resolução n.º 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina que regulam o tratamento de doentes terminais. No artigo denominado *“Os direitos de personalidade e a sexualidade humana no mundo pós-humano”* de autoria de Urbano Félix Pugliese do Bomfim discute-se a necessidade de mudanças no tratamento jurídico da sexualidade humana, em face do avanço tecnológico.

A segunda parte, denominada de **paradigmas da contratualidade**, inicia-se pelo artigo denominado *“As doações de alimentos como meio de efetivação do direito à alimentação”* escrito por Layze Rocha Cabido e Cristina Grobério Pazó, que analisa a possibilidade de a

doação de alimentos ser regulada pelo contrato de doação e pelas regras de responsabilidade objetiva do Código Civil. No artigo “*A confiança legítima e as suas refrações no direito contratual*” escrito por Amanda Carolina Buttendorff Rodrigues e Vinicius Dalazoana analisa-se a tutela da confiança no direito contratual. O artigo denominado “*Boa-fé objetiva como condição autorizadora da aplicação da teoria do adimplemento substancial*” escrito por Rita de Cassia Resquetti Tarifa Espolador e Patrícia Siqueira trata da relação entre boa-fé objetiva e a aplicação da teoria do adimplemento substancial, com o objetivo de implementar a premissa de equilíbrio da relação obrigacional. Já o artigo denominado “*Boa-fé objetiva nas relações obrigacionais paritárias – a mitigação demasiada da autonomia da vontade e o risco de tornar obsoleto o instrumento contratual*”, escrito por Carlos José de Castro Costa, trata dos problemas de correlação entre a mitigação da autonomia da vontade nos contratos paritários e o risco de reduzir os efeitos do contratado. No artigo “*A incidência da pós-eficácia das obrigações no direito contratual*”, escrito por Alexander Seixas da Costa, é feita análise do alcance jurídico da responsabilidade específica na fase pós-contratual. No artigo denominado “*intermediação no comércio eletrônico e os contratos de compras coletivas: adequação ao sistema positivo brasileiro*”, escrito por Leonardo Melo Matos e Roberto Wagner Marquesi, discute-se o enquadramento jurídico dos contratos de compra coletiva celebrados pela Internet. Por fim, o artigo denominado “*A arbitragem como método de solução extrajudicial de conflitos patrimoniais disponíveis e os princípios da boa-fé, da autonomia da vontade e da força obrigatória dos contratos: mudança de cultura*”, escrito por Kleber Cazzaro, trata da arbitragem na resolução de conflitos relacionados aos contratos.

Na última parte, denominada de **apropriação de bens e direitos de responsabilidade civil**, inicia-se pelo artigo “*A contribuição da teoria do discurso para a compreensão da função social*”, escrito por César Fiuza e Guilherme Abreu Lima de Oliveira, que trata do conceito de função social e da inviabilidade jurídica de utilizá-lo para a desconstrução da riqueza e do direito de propriedade. O artigo denominado “*A função atualizadora e constitucional dos tribunais brasileiros na ótica dos direitos fundamentais civis: um giro em torno da função social da propriedade*”, escrito por Matheus Felipe de Castro e Mixilini Chemin Pires, discute a necessidade de análise pelos tribunais do alcance da função social como elemento imanente do direito de propriedade. No artigo denominado “*A autonomia da*

posse frente à propriedade no direito brasileiro e a hipótese dos parágrafos 4.º e 5.º do artigo 1228 do Código Civil”, escrito por Carlos Eduardo Pianovsky Ruzyk e Felipe Frank, examina-se a autonomia da posse em relação ao direito de propriedade, mediante a análise dos § 4.º e 5.º do art. 1228 do Código Civil. No artigo denominado “*Erro médico: responsabilidade civil subjetiva e objetiva*”, escrito por Cleomara Gonsalves Gonem e Paulo Márcio Cruz, discute-se o alcance da responsabilidade civil do médico na situação de ocorrência de erro médico. Finalmente, o artigo denominado “*Novas aplicações da teoria da perda de uma chance no direito brasileiro*”, escrito por Antonio Carlos Lovato e Renato Lovato Neto, analisa a aplicação da teoria da perda de uma chance, em termos de interferência do resultado no processo aleatório que conduziria ao final desejado, mediante uma nova compreensão do nexo de causalidade.

Como se observa os artigos reunidos traduzem discursos interdisciplinares maduros e profícuos. Percebe-se uma preocupação salutar dos autores em combinar o exame dos principais contornos teóricos dos institutos civilísticos, com uma visão atual da jurisprudência. Os textos são enriquecidos com investigações legais e doutrinárias da experiência jurídica estrangeira, a possibilitar um intercâmbio essencial na busca de soluções para as imperfeições do sistema jurídico.

O livro reflete o fortalecimento e o amadurecimento do debate nos Grupos de Trabalho Direito Civil do Conpedi e contribui para o aprimoramento da comunidade científica, permitindo o acesso a discussões relevantes e atuais que permeiam o cotidiano. Demonstra, ainda, a necessidade de discussão e reconstrução dos parâmetros normativos, deontológicos e axiológicos do ordenamento jurídico brasileiro para a efetivação dos objetivos insculpidos na Constituição da República de 1988.

As discussões travadas traduziram a necessidade de se verter no ordenamento não apenas a aplicação fria e estéril da lei, mas principalmente as decorrências, implicações ou exigências dos princípios insertos no Texto Constitucional.

Na oportunidade, os Organizadores prestam suas homenagens e agradecimentos a todos que contribuíram para esta louvável iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-

Graduação em Direito (CONPEDI), em especial, a todos os autores que participaram da obra, pelo comprometimento e seriedade demonstrados nas pesquisas realizadas e na elaboração dos textos que propiciaram essa obra coletiva de excelência.

O livro é um convite a uma leitura prazerosa do Direito Civil, aqui expressado em todo seu dinamismo e comprometimento com a formação de um pensamento crítico a possibilitar a (re)construção de um Direito Civil cada vez mais voltado à concretização de valores caros ao Estado Democrático de Direito.

Coordenadores do Grupo de Trabalho

Professor Doutor Elcio Nacur Rezende – DOM HELDER CÂMARA

Professor Doutor Francisco Cardozo Oliveira – UNICURITIBA

Professora Doutora Luciana Costa Poli – DOM HELDER CÂMARA